

20 Contributos para uma Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica

**Pelo aumento do número de agricultores envolvidos em modos de
produção verdadeiramente respeitadoras do ambiente**

**Pela promoção da erradicação da poluição da água, ar e solo,
provocada por pesticidas e fertilizantes**

Para a proteção dos recursos naturais do país

**Pelo aumento da qualidade dos produtos agrícolas e estímulo do
sector**

Pela proteção da saúde dos cidadãos

Lisboa, 19 de Setembro de 2016

Conteúdos

Nota de Introdução.....	2
Medidas e Ações	4
1. Criar uma estrutura coordenadora para a Agricultura Biológica	4
2. Destinar 1% do orçamento da agricultura portuguesa para a estrutura coordenadora para a Agricultura Biológica.....	5
3. Regular o quadro técnico dos organismos de controlo e de certificação.....	5
4. Implementar uma tabela de valores indicativos de prestação de serviços dos organismos de controlo e de certificação	6
5. Harmonizar critérios e grelhas de sanções a aplicar pelos organismos de controlo e de certificação	6
6. Maior supervisão dos organismos de controlo e de certificação	6
7. Formação de técnicos do Ministério da Agricultura em Agricultura Biológica.....	7
8. Promoção da formação em Agricultura Biológica em estabelecimentos de ensino	7
9. Apoio técnico na fase de produção	7
10. Priorizar a atribuição dos apoios direcionados à Agricultura Biológica	8
11. Rever os parâmetros de classificação da Valia Global da Operação (VGO)	8
12. Rever os parâmetros de classificação que visem práticas mais sustentáveis ou técnicas de regeneração.....	9
13. Redefinir critério de atribuição do montante de apoio ao investimento: compensação à produção.....	9
14. Determinar que o comércio de animais provenientes de Agricultura Biológica cumpra todo o circuito biológico.....	10
15. Reabrir e reforçar a medida 7.1 do Programa de Desenvolvimento Rural 2020.....	10
16. Apoiar a certificação através de benefício fiscal em sede de IRC	11
17. Determinar que os apoios às medidas agroambientais do PDR2020 não financiem a agricultura convencional/integrada	11
18. Alterar a taxa de IVA dos fitofarmacêuticos utilizados na agricultura convencional/integrada	11
19. Alterar a taxa de IVA dos fertilizantes utilizados na agricultura convencional.....	13
20. Introduzir a alimentação biológica nas cantinas escolares do 1.º e 2º ciclos	13
Referências Externas:.....	14

Nota de Introdução

Com este documento pretendemos contribuir para um Plano Nacional para a Agricultura Biológica que está a ser desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, onde se identificam alguns problemas e lacunas e se apresentam medidas que assegurem de forma estável uma estratégia de desenvolvimento e promoção da Agricultura Biológica que, obviamente, não se esgota no que ora se propõe. Este pacote de medidas deve ser encarado como um todo, como um conjunto de soluções interligadas para alguns dos principais problemas do sector nas suas diversas áreas.

Já em 2011, a Associação Interprofissional para Agricultura Biológica (Interbio) indicava que “a definição de uma Política Nacional para a Agricultura Biológica é uma aspiração dos operadores do sector, que pretendem ver adoptada uma nova geração de instrumentos que permitam o desenvolvimento harmonioso do mundo rural, recentrando a atividade agrícola, mantendo-a como a matriz ordenadora do espaço, valorizando o papel do agricultor e dos produtos portugueses, dando notoriedade ao trabalho há muito desempenhado pelos agricultores e que hoje a sociedade começa, necessariamente, a revalorizar.” ([Interbio, 2011](#))

Concordamos que a Agricultura Biológica tem uma abordagem holística, “baseada no equilíbrio entre o solo, plantas, animais, ser humano e ambiente, contribuindo de diversas formas para o desenvolvimento rural, colocando o agricultor no centro da estratégia de produção pela criação de postos de trabalho, proporcionando uma elevada sustentabilidade económica, social e ambiental.”

É hoje “indiscutível o papel fundamental da Agricultura Biológica em dois dos maiores e mais importantes desafios da sociedade: as alterações climáticas e a segurança alimentar. As características da Agricultura Biológica fazem com que a adaptação e a mitigação das alterações climáticas e a segurança alimentar sejam inerentes ao modo de produção.”

A Agricultura Biológica protege os solos, aumenta a biodiversidade e pode melhorar a qualidade nutricional dos alimentos e aumentar emprego nas zonas rurais, reduzindo em simultâneo a emissão de gases com efeito de estufa e o uso de energia fóssil, cortando com a poluição causada por fertilizantes e pesticidas e interrompendo a escalada de entrada de

resíduos de pesticidas na cadeia alimentar. Assim, a Agricultura Biológica proporciona sistemas de agricultura maleáveis capazes de combater as alterações climáticas e assegurar o abastecimento de alimentos local – o que se revela vantajoso em tempos de crise económica –, podendo ser altamente eficaz no sequestro do carbono, sem recurso a pesticidas e outros produtos poluentes. ([Interbio, 2011](#); [IFOAM, 2010](#))

Considera-se por isso urgente a definição de uma verdadeira Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica. Neste documento, o PAN apresenta 20 contributos para a sua implementação.



Medidas e Ações

1. Criar uma estrutura coordenadora para a Agricultura Biológica

Portugal é o único país que não tem um folheto para informar os agricultores sobre a agricultura biológica.

A exigência de conhecimentos sobre o sector da Agricultura Biológica, com características e especificidades distintas, a análise de projetos de investimento e o seu acompanhamento em fase de produção, a promoção e divulgação desta forma de produzir alimentos mais saudável e sustentável, a realização de campanhas, a aposta no aprofundamento do conhecimento e desenvolvimento deste sector, a informação para a educação, o reforço na formação de ensino superior, a inovação, o quadro de apoios ao investimento, a harmonização de regras, a articulação nacional de uma estratégia para o sector, entre outras medidas, são motivos que justificam a criação de uma estrutura coordenadora para a Agricultura Biológica no seio da Ministério da Agricultura (Direção) e nas Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAPs -Unidades).

Esta estrutura coordenadora terá como principais eixos estratégicos e políticas, a Informação e Divulgação, a Formação e Educação, a Investigação e Desenvolvimento, o Apoio aos Agricultores, o Apoio aos Processadores, o Desenvolvimento e Aumento da Quota de Mercado, a Integridade do Sistema, o Desenvolvimento Institucional e, a Administração e Acompanhamento da Política e Desenvolvimento.

2. Destinar 1% do orçamento da agricultura portuguesa para a estrutura coordenadora para a Agricultura Biológica

Para efeito do desenvolvimento e implementação de uma estrutura coordenadora para a Agricultura Biológica, deve destinar-se pelo menos 1% da verba anual do Orçamento de Estado para a agricultura.

3. Regular o quadro técnico dos organismos de controlo e de certificação

Atualmente verifica-se que alguns organismos de controlo e de certificação (empresas certificadoras) prestam serviços em várias atividades, constituindo a Agricultura Biológica mais um sector de negócio, entre tantos outros. Para a maioria dos organismos de controlo e de certificação a grande parte da sua atividade é realizada fora da Agricultura Biológica. A chave da credibilidade da Agricultura Biológica é a certificação e por este aspecto, passa, em muito, o futuro deste modo de produção. Uma empresa responsável pela qualidade de certificação e de acompanhamento em fase de produção não estará porventura suficientemente habilitada para a prestação destes serviços a um sector extremamente exigente, com características e especificidades muito próprias, se for constituída por um quadro técnico com reduzida formação e experiência em Agricultura Biológica. Se o sector da Certificação em Agricultura Biológica for entendido apenas como mais uma área de negócio, que somente visa o lucro, a credibilidade deste modo de produção fica desde já ameaçada e o seu futuro comprometido.

Por este motivo, defendemos a regulamentação da Certificação considerando que os organismos de controlo e de certificação que pretendam prestar serviços na área da produção biológica devem possuir um quadro técnico com um mínimo de 75% com formação em Agricultura Biológica.

4. Implementar uma tabela de valores indicativos de prestação de serviços dos organismos de controlo e de certificação

Os preçários de certificação devem ser regulamentados no sentido da implementação de uma tabela de valores indicativos. Os organismos de controlo e de certificação (empresas certificadoras) estão incumbidos pela tutela de verificar se estão reunidas as condições para a produção em modo biológico. Trata-se, recorde-se, de um serviço delegado pelo Estado a estas empresas pelo que devem exercer as suas funções com a mesma isenção e com valores de taxas que aquele faria. Neste momento existe uma liberdade e uma disparidade na aplicação da tabela de valores, acrescentando que a informação sobre os preços dos serviços praticados por cada empresa certificadora não é pública. Na Agricultura Biológica a credibilidade passa pela certificação. A credibilidade do sector passa por uma certificação rigorosa que fica colocada em causa com um mercado de preços não regulado.

5. Harmonizar critérios e grelhas de sanções a aplicar pelos organismos de controlo e de certificação

Os critérios e as grelhas de sanções a aplicar não são uniformes entre os organismos de controlo e de certificação (empresas certificadoras), um problema que afecta a credibilidade destes serviços quando se tem entidades lucrativas a prestarem um serviço de controlo. Os critérios e as grelhas de sanções devem ser harmonizados através de regulamentação do Ministério da Agricultura. A credibilidade do sector passa por uma certificação e controlo rigorosos.

6. Maior supervisão dos organismos de controlo e de certificação

A supervisão das empresas certificadoras e de controlo tem sido insuficiente por parte da tutela (DGADR) pelo que deve merecer a análise e a implementação de um plano de

monitorização aos organismos de controlo e de certificação mais intenso e rigoroso que garanta que os serviços delegados pelo Estado estão a ser cumpridos. A base da credibilidade do sector passa por se garantir uma certificação e controlo rigorosos.

7. Formação de técnicos do Ministério da Agricultura em Agricultura Biológica

Os agricultores que pretendem converter ou proceder a investimentos em Agricultura Biológica têm muitas dificuldades junto da entidade que tutela este sector por falta de técnicos com formação em Agricultura Biológica. Os projetos de investimento submetidos aos programas de apoio são muitas vezes subavaliados por falta de conhecimento teórico e de domínio de práticas culturais. Numa primeira fase, para fazer face a esta inequívoca carência propõe-se a formação de dois técnicos em cada uma das Direções Regionais de Agricultura e Pescas.

8. Promoção da formação em Agricultura Biológica em estabelecimentos de ensino

Defende-se a inclusão de conteúdos nos manuais escolares onde sejam explicados os impactos ambientais, na saúde humana e no bem-estar dos animais, da agricultura convencional ou integrada, assim como a mitigação destes problemas através da produção de alimentos em modo biológico.

9. Apoio técnico na fase de produção

Uma boa prática do Estado, num tempo não muito distante, consistia no acompanhamento técnico do produtor que usufruísse de um apoio ao investimento. O único apoio técnico que existe hoje em dia designa-se de propaganda, ou seja, é feito pelas próprias empresas da indústria química cujo principal objectivo visa o lucro. O Ministério da Agricultura deverá

assegurar que o acompanhamento de projetos de investimento com fundos públicos seja garantido ao longo de todo o processo e duração da fase de produção.

10. Priorizar a atribuição dos apoios direcionados à Agricultura Biológica

Os programas de apoio ao investimento agrícola priorizam os projetos em agricultura convencional/integrada face à produção em modo biológico. Num momento em que, por um lado o país precisa de desenvolver as práticas de Agricultura Biológica, a procura interna é bastante superior à oferta e que muitos dos alimentos são importados, e que, por outro, urge alterar o modo de produzir alimentos para uma forma mais sustentável, com menos impactos ambientais e, ainda, sem a introdução de agrotóxicos na cadeia alimentar, é necessário inverter o paradigma vigente, discriminando positivamente a Agricultura Biológica, priorizando a canalização de fundos para quem apresente projetos de investimento nesta área.

11. Rever os parâmetros de classificação da Valia Global da Operação (VGO)

Para além de prioritários face à agricultura convencional/integrada, os apoios à Agricultura Biológica devem ser atribuídos em condições de real elegibilidade através de critérios adequados ao modo de produção em causa. Os parâmetros definidos para a atribuição de apoios à Agricultura Biológica prejudicam este modo de produção em virtude de estarem apenas pensados e gizados numa lógica de agricultura convencional/integrada. Devem existir critérios adaptados a cada modo de produção, por terem características diferentes.

Os parâmetros de classificação devem, por isso, ser revistos de modo a eliminar possíveis discriminações. Para tal, deve ser tida em conta as especificidades associadas à Agricultura Biológica e às suas dinâmicas de produção e distribuição, nomeadamente nos processos de exclusão. Exemplo: atualmente, a soma de todos os parâmetros de classificação resulta num total de 20 valores, sendo excluídas as candidaturas que obtiverem menos de 10. Ora, se a pertença a uma Organização de Produtores (OP) vale 4 valores, e sendo conhecidas as

dificuldades que os agricultores biológicos têm tido em integrar estas OP – nomeadamente porque são excluídos por serem precisamente Agricultores Biológicos – estas candidaturas estarão à partida em desvantagem inicial, o que as pode e tende a colocar no caminho da não-elegibilidade.

12. Rever os parâmetros de classificação que visem práticas mais sustentáveis ou técnicas de regeneração

Para qualquer modo de produção agrícola, convencional ou biológica, os parâmetros de classificação da valia global da operação (VGO) devem ser revistos para pontuar (discriminar positivamente) os projetos de investimento que apostem em práticas mais sustentáveis ou técnicas regenerativas. Por exemplo através da utilização de fertilizantes orgânicos, cobertura de solos, menor mobilização do solo, entre várias possibilidades.

13. Redefinir critério de atribuição do montante de apoio ao investimento: compensação à produção

Os apoios por unidade de área de projeto beneficiam a grande produção. 20% dos produtores recebem 80% das ajudas. Os pequenos produtores são os que têm mais impacto na produção de frescos, onde reside a maior procura. Em Portugal as culturas mais representativas em termos de área são as pastagens e forragens. A atribuição do montante de apoio ao investimento tem como critério a área. A Agricultura Familiar fica fragilizada, a resiliência para ultrapassar a burocracia perde-se, centenas de produtores desligam-se do sistema de apoios, a economia local enfraquece cada vez mais, o despovoamento aumenta e a gestão do território não se faz. Os apoios com base na área não assentam num critério justo e não cumprem outros objectivos importantes e estruturais para o país, pelo que deve implementar-se um sistema de compensação à produção. Em alternativa, pode analisar-se a possibilidade de um modelo misto em que um dos critérios (não exclusivo) continue a ser a área de projeto e que, para além disso, possa ser aplicado um sistema de atribuição de subsídio de forma modelada, ou seja, à medida que aumenta a área diminui o valor por hectare.

14. Determinar que o comércio de animais provenientes de Agricultura Biológica cumpra todo o circuito biológico

No caso dos apoios às pastagens em modo biológico, o quadro de funcionamento obriga a ter animais. Os animais aí criados, em produção extensiva com um encabeçamento 2un/ha, são quase sempre comercializados para o circuito convencional de carne. Não é coerente que fundos públicos estejam a financiar e a validar este tipo de práticas dado que, os animais produzidos em pastagens com apoios ao investimento em modo biológico devem ser alimentados e criados exclusivamente com as regras deste modo de produção e impedidos de serem comercializados no circuito convencional de carne.

15. Reabrir e reforçar a medida 7.1 do Programa de Desenvolvimento Rural 2020

As medidas agroambientais têm um enorme impacto na decisão de adesão à Agricultura Biológica pelos agricultores, pelo que é importante manter e reforçar, desde já, este importante instrumento de política do sector. A interrupção dos apoios à Agricultura Biológica coloca em causa a adesão de novos agricultores e a produção de várias culturas, faz aumentar o fosso entre a oferta e a procura nacional de alimentos biológicos, e continua a impedir a entrada de Portugal no mercado europeu (exportação), onde a procura de alimentos biológicos aumenta anualmente. Em suma, a interrupção de apoios às medidas de apoio ao investimento em Agricultura Biológica é anti-estratégico para o desenvolvimento deste sector.

Propõe-se a reabertura da medida 7.1 do PDR2020 (Conversão e Manutenção em Agricultura Biológica), com base num reforço do Orçamento de Estado para 2017 e num exercício de ajuste programático das diversas medidas do PDR2020.

16. Apoiar a certificação através de benefício fiscal em sede de IRC

Não é compreensível, nem equitativo, que um agricultor que produza em modo biológico, ou seja, de forma mais sustentável, com práticas regenerativas e que contribui para uma alimentação mais saudável, livre de agrotóxicos, seja económica e concorrencialmente prejudicado face ao agricultor convencional cujo modo de produção tem enormes impactos ambientais e que faz entrar no mercado alimentos com produtos químicos sem uma despesa acrescida, que se verifica para os produtores biológicos. Assim, e para promover uma justa equidade comercial e concorrencial, propõe-se que os gastos suportados com a certificação biológica do produtor agrícola, que não se verificam na produção convencional/integrada, sejam majorados, em valor correspondente a 140% do respectivo montante, para efeitos da determinação do lucro tributável ou do rendimento colectável.

17. Determinar que os apoios às medidas agroambientais do PDR2020 não financiem a agricultura convencional/integrada

Nas medidas agroambientais previstas no PDR2020 não podem estar consagrados apoios à produção convencional/integrada. As regras atuais preveem de forma incompreensível e pouco ética, apoios ao investimento em modos e práticas de produção agrícola que utilizem agrotóxicos e que contribuem para o esgotamento e falência dos ecossistemas.

18. Alterar a taxa de IVA dos fitofarmacêuticos utilizados na agricultura convencional/integrada

A Sociedade Portuguesa de Saúde Ambiental explica que, “direta ou indiretamente, todos estamos expostos aos pesticidas (fitofarmacêuticos) utilizados na agricultura através dos alimentos que comemos ou da água que bebemos, por contaminação agrícola” ([SPSA, s.d.](#))

O mesmo grupo de profissionais com interesse nas áreas de saúde e de ambiente alerta para o facto de as grávidas e as crianças terem um risco acrescido quando expostas a pesticidas, já que o sistema nervoso do feto e da criança se encontra em desenvolvimento, podendo desenvolver múltiplos problemas como dificuldades de aprendizagem, défice de concentração e atrasos no desenvolvimento.

Não são raras as [notícias](#) de que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação ou a Organização Mundial de Saúde, nomeadamente através da Agência Internacional de Pesquisa sobre o Cancro (IARC) tem vindo a alertar para os vários problemas de saúde direta ou indiretamente relacionados com a exposição a pesticidas, tendo já classificado vários como “possível ou provavelmente cancerígenos” e referido inclusivamente que os pesticidas são [responsáveis por mais de 20.000 mortes não intencionais por ano](#) – e são vários os estudos de indicam que [“pesticidas de frutas e legumes podem agravar problemas de infertilidade masculina”](#) ou que podem ser [responsáveis como doenças como a Alzheimer](#) ou Parkinson ([APDP, s.d.](#)). Muitas outras entidades – nomeadamente a QUERCUS - têm procurado informar produtores e consumidores sobre os riscos associados aos pesticidas.

Para o meio ambiente, os pesticidas têm trazido uma série de desequilíbrios e modificações aos ecossistemas, atingindo por contaminação a biodiversidade, atmosfera, recursos hídricos e o solo.

Como medida complementar de uma estratégia de apoio e desenvolvimento à Agricultura Biológica, e com os objectivos de aumentar o número de agricultores envolvidos em práticas culturais respeitadoras do ambiente, promover a diminuição dos níveis de poluição da água, ar e solo provocada por pesticidas e fertilizantes, contribuir para a proteção dos recursos naturais, aumentar a qualidade dos produtos agrícolas, promovendo assim a competitividade do sector e, proteger a saúde dos consumidores, o PAN propõe uma alteração gradual da atual taxa de IVA reduzida (6%) dos fitofarmacêuticos utilizados na agricultura convencional/integrada para a taxa intermédia (13%) até 2020, e para a taxa normal (23%) a partir desse período.

19. Alterar a taxa de IVA dos fertilizantes utilizados na agricultura convencional/integrada

A própria DRAP Centro reconhece nos seus documentos de trabalho que “as práticas agrícolas, nomeadamente as fertilizações, tem um impacto significativo sobre o meio ambiente, em especial sobre os solos, a vegetação e a qualidade das águas, tanto dos lençóis freáticos, como dos rios, lagos e orlas marinhas. Os problemas de poluição causados por fertilizantes refletem-se, essencialmente, sobre o ambiente, sobre a saúde humana, sobre a qualidade dos produtos agrícolas, sobre os solos” ([DRAP, 2002](#)).

Neste documento é ainda referido que “os fertilizantes, especialmente os azotados, acarretam graves prejuízos para o ambiente. O azoto possui um grande dinamismo no solo, característica essa que lhe dá uma forte capacidade de poluição das linhas de água, pois todas as formas em que o azoto pode ser aplicado ao solo acabam por se transformar em nitratos, que são facilmente arrastados pelas águas de lixiviação”.

Também como medida complementar de uma estratégia de apoio e desenvolvimento à Agricultura Biológica, e com os mesmos objectivos de aumentar o número de agricultores envolvidos em práticas culturais respeitadoras do ambiente, promover a diminuição dos níveis de poluição da água, ar e solo provocada por pesticidas e fertilizantes, contribuir para a proteção dos recursos naturais, aumentar a qualidade dos produtos agrícolas, promovendo assim a competitividade do sector e, proteger a saúde dos consumidores, o PAN propõe uma alteração gradual da atual taxa de IVA reduzida (6%) dos fertilizantes utilizados na agricultura convencional/integrada para a taxa intermédia (13%) até 2020, e para a taxa normal (23%) a partir desse período.

20. Introduzir a alimentação biológica nas cantinas escolares do 1.º e 2º ciclos

Para além das potenciais consequências na saúde já referidas anteriormente, sabe-se que uma alimentação saudável, nomeadamente através de alimentos biológicos, tem um papel fundamental na resolução de problemas psicofisiológicos, a obesidade, como ataques de pânico, défice de atenção ou baixo aproveitamento escolar.

A Agricultura Biológica corta com a poluição causada por fertilizantes e pesticidas e interrompe a escalada de entrada de resíduos de pesticidas na cadeia alimentar.

Propõe-se a criação de condições, nomeadamente através de estímulos e de regulamentação, para que as escolas dos 1º e 2º ciclos, através dos Municípios ou dos Agrupamentos Escolares, passem a fazer a aquisição de alimentos produzidos em modo biológico diretamente aos produtores, através de concursos. A confeção das refeições deveria ser retomada pelos funcionários municipais com as qualificações e categorias profissionais para o efeito.

Para além das questões de saúde, a educação e a formação ganhava outra dimensão proporcionando momentos letivos nas cantinas onde as crianças tomavam contacto com os alimentos e a sua confeção. Os produtores que fornecem as cantinas estariam vinculados a receber, por ano letivo, em visitas de campo, as crianças nos locais de produção, onde estas teriam contacto com as práticas e técnicas de produção de alimentos, com intuito pedagógico alicerçado nos conceitos de ecologia, saúde e ética.

Os funcionários municipais, que até há pouco tempo trabalhavam na atividade da confeção de alimentos para a qual estão habilitados e onde se sentem realizados, voltariam a ocupar os seus postos de trabalho. Hoje em dia a maior parte destes serviços é prestado por empresas de Catering, muitas delas com sede fiscal fora do país.

Também, e não menos importante, com a adoção destas medidas, promove-se a defesa e a proteção de pequenos produtores e de uma economia local, e criam-se laços comunitários entre todos os atores - municípios, professores, funcionários, crianças, pais, e produtores – que ajudam a fixar pessoas nos territórios.

Referências Externas:

APDP, Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson: <http://bit.ly/2ccluny>

IFOAM, International Federation of Organic Agriculture Movements: <http://bit.ly/2ctp8iQ>

INTERBIO, Associação Interprofissional para a Agricultura Biológica: <http://bit.ly/2ctoOkb>

QUERCUS, Associação Nacional de Conservação da Natureza: <http://bit.ly/2crUAcB>

SPSA – Sociedade Portuguesa de Saúde Ambiental: <http://bit.ly/2cvNFAM>

Notícias:

Público – “FAO anuncia adoção de novo código de conduta sobre pesticidas” – <http://bit.ly/2cZQahN>

Diário de Notícias – “OMS classifica cinco pesticidas de possível ou provavelmente cancerígenos” – <http://bit.ly/2cDlo7F>

TVI24 – “Pesticida pode ser o culpado da Alzheimer” – <http://bit.ly/2cBXmyr>

Visão – “Pesticidas de frutas e legumes podem agravar problemas de infertilidade masculina” – <http://bit.ly/2cDJJeI>

Jornal de Notícias – “Exposição a químicos presentes no quotidiano tem riscos para a saúde” – <http://bit.ly/2d55XL0>

The Guardian – “Pesticide poisoning: confronting the hidden menace” – <http://bit.ly/2cOhAnj>

